

PORTUGUÊS

Texto 1

Inadimplência do consumidor cresce 7% em agosto, diz Serasa

Foi o menor ritmo de expansão anual desde agosto de 2010.

Já em relação a julho, o indicador diminuiu 0,2%, a 3ª queda seguida.

A inadimplência do consumidor aumentou 7% em agosto na comparação com o mesmo mês no ano passado, porém, no menor ritmo de expansão anual desde agosto de 2010, informou nesta quarta-feira (12) a Serasa Experian.

Já em relação a julho, o indicador diminuiu 0,2%, na terceira queda mensal consecutiva. No acumulado do ano até agosto, enquanto isso, a inadimplência registra alta de 16,2%, abaixo do nível visto em igual intervalo de 2011, quando houve expansão de 23,4%.

"A terceira queda mensal consecutiva e o menor ritmo de expansão anual observado desde agosto de 2010 confirmam que a inadimplência do consumidor está perdendo fôlego", afirmaram os economistas da Serasa Experian.

Eles atribuíram o movimento à redução das taxas de juros no crédito, à procura pela renegociação de dívidas, aos lotes recordes de restituição do Imposto de Renda e à antecipação da primeira parcela do 13º salário aos aposentados e pensionistas, na última semana de agosto.

As dívidas com bancos e os cheques sem fundos contribuíram para a queda mensal do indicador, com variações negativas de 1,3% e 2,9%, respectivamente.

A queda do indicador não foi maior porque as dívidas não bancárias (cartões de crédito, financeiras, lojas em geral e prestadoras de serviços) cresceram 1,5% em agosto sobre julho.

Fonte: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2012/09/inadimplencia-do-consumidor-cresce-7-em-agosto-diz-serasa.html>

1) Segundo o Texto 1 é correto afirmar que:

- a) São causas para o aumento da taxa de inadimplência no mês de agosto a redução das taxas de juros no crédito, o aumento da renegociação de dívidas, os lotes recordes de restituição do Imposto de Renda e a antecipação da primeira parcela do 13º salário aos aposentados e pensionistas.
- b) São causas para a diminuição da taxa de inadimplência no mês de agosto a redução das taxas de juros no crédito, o aumento da renegociação de dívidas, os lotes recordes de restituição do Imposto de Renda e a antecipação da primeira parcela do 13º salário aos aposentados e pensionistas.
- c) São causas para a diminuição da taxa acumulada de inadimplência nos últimos dois anos a redução das taxas de juros no crédito, o aumento da renegociação de dívidas, os lotes recordes de restituição do Imposto de Renda e a antecipação da primeira parcela do 13º salário aos aposentados e pensionistas.
- d) São causas para o aumento da taxa acumulada de inadimplência nos últimos dois anos a redução das taxas de juros no crédito, o aumento da renegociação de dívidas, os lotes recordes de restituição do Imposto de Renda e a antecipação da primeira parcela do 13º salário aos aposentados e pensionistas.

2) Assinale a alternativa em que todas as palavras estão acentuadas de acordo com a mesma regra.

- a) Bancárias; contribuíram; crédito.
- b) Fôlego; crédito; salário.
- c) Última; fôlego; crédito.
- d) Bancárias, fôlego, salário.

3) Assinale a alternativa em que todas as palavras sejam oxítonas.

- a) Porém; redução; crédito.
- b) Porém; crédito; mês.
- c) Porém; mês; igual.
- d) Porém; redução; igual.

4) Assinale a alternativa correta com relação ao uso dos porquês.

- a) Os consumidores pagaram suas contas em dia por que receberam suas restituições de Imposto de renda.
- b) Os problemas por que passaram levaram os consumidores a refletirem mais antes de comprar a prazo.
- c) O cartão de crédito ainda é um vilão porque as pessoas não sabem planejar seus gastos.
- d) A educação financeira deve ser iniciada com as crianças porquê são elas os consumidores do futuro.

5) Assinale a alternativa que apresentar erro de concordância verbal, segundo a norma culta.

- a) Mais de um entrevistado comentaram sobre a importância do cartão de crédito para suas vidas financeiras.
- b) A maioria dos consumidores ainda preferem comprar a prazo.
- c) 1% dos consumidores afirmou ter respeitado seu planejamento financeiro à risca.
- d) Foram entrevistados 50 homens e 50 mulheres.

Texto 2

Economia doméstica

Economia doméstica é a administração das contas da casa. Todas as famílias, mesmo sem se dar conta, necessitam administrar as contas da casa. Se não fizer isso as coisas podem sair do controle e antes do final do mês o dinheiro pode acabar e contas podem ficar sem pagar. Todos desejando ou não, convivem com a administração doméstica se esforçando para chegar ao final de cada mês da melhor maneira possível. Para isso, a palavra chave é **planejamento!** Quanto mais, melhor.

Em economia doméstica uma peça importante é o orçamento. Ele ajuda na administração dos recursos da família. O orçamento doméstico deve ser o retrato das entradas (receitas) e saídas (despesas) de todos os membros da família. Em economia doméstica há uma diferença importante entre 1) simplesmente apurar o que está sendo gasto dia a dia sem controle e 2) planejar despesas antecipadamente para não gastar mais do que se ganha (esta é justamente a função do orçamento doméstico).

Portanto, em economia doméstica o orçamento doméstico é o principal instrumento. Ele possibilita o planejamento financeiro para hoje, para amanhã e dias futuros. Ele evita que sobre mês e falte dinheiro. Quando se entra no cheque especial, pagam-se juros, não se quita

a fatura do cartão de crédito, entra-se no crédito rotativo, falta dinheiro no final do mês e no mês seguinte se paga mais juros... Quanto se chega nessa fase, a coisa já ficou feia.

O primeiro passo para iniciar a resolução do problema é preparar o orçamento doméstico já! Para alguns pode não parecer fácil mas é possível. É necessária uma boa dose de determinação. Convoque a família para uma reunião seguida de ação pois todos necessitam estar comprometidos com o projeto de organização e estruturação da economia doméstica.

Fonte: <http://www.dinheirointeligente.com.br/website/artigo.asp?cod=1741&idi=1&id=19403>

6) Sobre o texto 2, é **incorreto** afirmar que:

- a) A palavra “conta”, que aparece três vezes nas duas primeiras frases do texto, tem significados diferentes.
- b) A necessidade de apuração de despesas e recebimentos dos integrantes da família, de forma diária, resume o conceito de economia doméstica.
- c) É importante que haja muita determinação e comprometimento para que o projeto de economia doméstica possa ser efetivado.
- d) O orçamento doméstico é o responsável por organizar as finanças, evitando que falte dinheiro no presente e n futuro.

7) Releia as orações abaixo e assinale a alternativa correta.

“Ele possibilita o planejamento financeiro para hoje, para amanhã e dias futuros. Ele evita que sobre mês e falte dinheiro.” (3º parágrafo)

- a) Nas duas orações, o pronome pessoal “Ele” refere-se à mesma palavra: “planejamento”.
- b) Nas duas orações, o pronome pessoal “Ele” refere-se à mesma palavra: “dinheiro”.
- c) Nas duas orações, o pronome pessoal “Ele” refere-se à mesma expressão: “orçamento doméstico”.
- d) Na primeira oração, o pronome “Ele” refere-se à palavra “dinheiro” e na segunda, refere-se ao termo “orçamento doméstico”.

8) Assinale a opção em que todas as palavras têm o mesmo número de fonemas.

- a) Passo; paga; mais.
- b) Passo; evita; juros.
- c) Juros; passo, sobre;
- d) Mês; hoje; dias.

9) Das alternativas abaixo, assinale a que apresentar erro de concordância nominal.

- a) Encontraram desmaiado o presidente da empresa e a esposa.
- b) Música é bom para o corpo e a alma.
- c) A empresa precisa de bastantes funcionários.
- d) É proibido a entrada de crianças neste recinto.

10) Assinale a opção em que as lacunas sejam preenchidas respectivamente por SS, Ç, S.

- a) Exce___o; preten___ão; arrua___a.
- b) Exce___o; arrua___a, preten___ão.
- c) Preten___ão, arrua___a, Exce___o.
- d) Arrua___a; exce___o; preten___ão.

MATEMÁTICA

11) A Fédération Internationale de Football Association (FIFA) é a instituição cuja função primordial é padronizar e homogeneizar as regras de futebol mundial, sendo assim responsável por vários aspectos do jogo, desde publicar as Regras do Jogo até organizar os principais torneios internacionais, entre elas a Copa Do Mundo, fundada em 21 de maio do século XX, com sua sede em Zurique, na Suíça. O ano em que a FIFA foi fundada, não é um número ímpar, também não é um número divisível por 3 e nem por 6, mas é divisível por 4, e a soma dos seus dígitos é um número de 2 algarismos divisível por 7.

Com base nessas informações assinale a alternativa correta que corresponde ao ano em que a FIFA foi fundada?

- a) 1893.
- b) 1904.
- c) 1922.
- d) 1931.

12) O valor da expressão $(3 \cdot 49)^2 - (121)^0 \cdot (10^3 \div 2^2) + (3^4 \cdot 3 + 144)$ é dado por:

- a) 605.
- b) 355.
- c) 105.
- d) 95.

13) Duas indústrias M e N, despejam todos os dias cerca de 340 Kg de poluentes em um rio de uma determinada cidade. A indústria M despeja o quádruplo de poluentes do que despeja a indústria N. De acordo com as informações, assinale a alternativa que corresponde a quantos quilogramas de poluentes cada indústria despeja todos os dias nesse rio?

- a) 272 kg e 68 kg.
- b) 280 kg e 60 kg.
- c) 260 kg e 80 kg.
- d) 240 kg e 100 kg.

14) Um comerciante vende um determinada mercadoria por R\$ 280,00. Para atrair os clientes, ele aumentou todos os seus produtos em 50%, e colocou um anuncio, dizendo que sua loja está dando 30% de desconto em todas as mercadorias da loja. Com base nessas informações, a alternativa que corresponde ao valor pelo qual é vendida essa mercadoria é de :

- a) R\$ 420,00.
- b) R\$ 394,00.
- c) R\$ 304,00.
- d) R\$ 294,00.

15) O Banco TAC faz empréstimos para seus clientes a taxa de juros simples de 4,6% ao mês, um cliente que emprestar a quantia de R\$ 7200,00 por 8 meses. Quanto esse cliente deverá pagar ao banco para saldar a sua dívida.

- a) R\$ 9849,60.
- b) R\$ 9498,00.
- c) R\$ 8849,00.
- d) R\$ 7531,00.

ESPECÍFICA

16) Em se tratando de colocação da criança ou adolescente em família substituta, no tocante à família indígena ou proveniente de comunidade remanescente de quilombo, é obrigatório:

- a) Não há prioridade para colocação em família de mesma identidade social ou cultural, sendo observado apenas qual família tem mais condição financeira;
- b) Quando há intervenção do Ministério Público local, não há necessidade de intervenção e oitiva de representante do órgão federal responsável pela política indigenista;
- c) Que a colocação familiar ocorra prioritariamente no seio de sua comunidade ou junto a membros da mesma etnia;
- d) Para as famílias indígenas ou provenientes de comunidade remanescente de quilombo, não serão observadas as demais determinações da Lei do Estatuto da Criança e Adolescente.

17) No tocante a colocação da criança ou adolescente em família substituta, assinale a alternativa errada:

- a) A colocação em família substituta não admitirá transferência da criança ou adolescente a terceiros ou a entidades governamentais ou não-governamentais, sem autorização judicial;
- b) A colocação em família substituta estrangeira constitui medida normal, sendo admissível na modalidade de guarda e adoção temporária;
- c) Ao assumir a guarda ou a tutela, o responsável prestará compromisso de bem e fielmente desempenhar o encargo, mediante termo nos autos;
- d) A colocação em família substituta não admitirá transferência da criança ou adolescente a terceiros ou a entidades governamentais ou não-governamentais, sem autorização judicial.

18) Considerando que a guarda destina-se a regularizar a posse de fato da criança ou de adolescente (ECA, art. 33, § 1º, início), mas já como simples situação de fato, mostra-se hábil a gerar vínculo jurídico que só será destruído por decisão judicial, em benefício do menor – criança ou adolescente, assinale a alternativa correta:

- a) Do que consta no Estatuto da Criança e do Adolescente, pode-se classificar a guarda em permanente (duradoura, definitiva), temporária (ou provisória) e suspensa (por ordem judicial);
- b) É permanente quando o instituto é visto como um fim em si mesmo, ou seja, o guardião deseja a criança ou adolescente como membro de família substituta e com as obrigações e direitos daí advindos, sem que o menor seja pupilo ou filho (ECA, arts. 33, § 1º, início e 34). Nesse sentido, são os regramentos para o Poder Público estimular a guarda de órfão e abandonado (CF, art. 27, § 3º, VI; ECA, art. 34). Deste modo, não envolve a situação jurídica maior, do que assistencial, não gerando direito sucessório, portanto;
- c) A revogabilidade da guarda pode ocorrer por ato judicial fundamentado, ouvido, sempre, o Ministério Público (ECA, art. 35), ou por vontade das partes antes do trânsito em julgado da sentença;
- d) Judicialmente deferida, a guarda será uma forma de colocação em família substituta, como se fosse uma família natural, de maneira provisória (ECA, art. 33, § 1º, início), ou será, liminarmente ou incidentalmente, concedida nos procedimentos de tutela ou adoção (ECA, art. 33, § 1º, fim) ou, ainda, atenderá, sempre os casos de tutela e adoção, situações peculiares ou suprirá a falta dos pais ou responsável, nunca podendo ser deferido o direito de representação para a prática de certos atos (ECA, art. 33, § 2º).

19)O Estatuto da Criança e Adolescente prevê as hipóteses de autorização para viajar para o menor, desta maneira, assinale a alternativa correta:

- a) Poderá a criança viajar para fora da comarca onde reside, desacompanhada dos pais ou responsável, sem expressa autorização judicial;
- b) Sem prévia e expressa autorização judicial, nenhuma criança ou adolescente nascido em território nacional poderá sair do País em companhia de estrangeiro residente ou domiciliado no exterior;
- c) A autoridade judiciária poderá, a pedido dos pais ou responsável, conceder autorização válida por cinco anos;
- d) Quando se tratar de viagem ao exterior, a autorização é obrigatória, mesmo que a criança ou adolescente viaje acompanhado dos pais ou responsáveis.

20)No tocante ao crime de tortura regulado pela Lei 9.455/97 assinale o correto:

- a) A Lei 9.455/97 define como crime de tortura apenas constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental;
- b) O crime de tortura é afiançável e insuscetível de graça ou anistia;
- c) O disposto nesta Lei aplica-se ainda quando o crime não tenha sido cometido em território nacional, sendo a vítima brasileira ou encontrando-se o agente em local sob jurisdição brasileira;
- d) Incorre em pena de detenção de dois a oito anos quem submete pessoa presa ou sujeita a medida de segurança a sofrimento físico ou mental, por intermédio da prática de ato não previsto em lei ou não resultante de medida legal.

21)No tocante a segurança pública, segundo a Constituição Federal, esta é exercida para a preservação da ordem pública, incolumidade das pessoas e do patrimônio, esta será efetivada através dos seguintes órgãos, exceto:

- a) Polícia federal, polícia rodoviária federal;
- b) Polícia rodoviária federal, polícias civis, corpo de bombeiros;
- c) Polícia rodoviária federal, polícia civil, Ministério Público Federal;
- d) Polícias militares, corpos de bombeiros militares e Polícia rodoviária federal.

22)A Constituição Federal de 1988, disciplina em seu art. 144:

- a) As polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem exclusivamente, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares;
- b) As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Prefeitos e Governadores;
- c) Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei;
- d) Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil e defesa dos territórios, nos limites das fronteiras.

23)A Constituição Federal estabelece no seu art. 5º : Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

- a) Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, mesmo invocando sua crença para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;
- b) Em casos de tortura poderá o indiciado ser julgado por juízo ou tribunal de exceção;
- c) Não haverá reparação de danos morais para as prisões ilegais;
- d) Às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação.

24)Para os reconhecidamente pobres são gratuitos na forma da lei:

- a)O registro civil de nascimento, a certidão de óbito, ações de habeas-corpus e habeas-data, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania;
- b)O registro de casamento, a certidão de nascimento, mandado de segurança;
- c)O registro de casamento, mandado de injunção;
- d)Habeas-data, habeas corpus e mandado de injunção.

25)No tocante aos remédios constitucionais definidos pelo art. 5º da Constituição Federal, assinale a alternativa falsa:

- a) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional;
- b) Conceder-se-á habeas-data para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;
- c) Conceder-se-á mandado de injunção para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;
- d) Conceder-se-á habeas-corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder;

26)É reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados:

- a) A plenitude de defesa;
- b) O sigilo das votações;
- c) A soberania dos veredictos;
- d) A competência para o julgamento dos crimes culposos contra a vida.

27)Não haverá penas:

- a) De morte, mesmo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX;
- b) De caráter perpétuo;
- c) De trabalhos forçados;
- d) De banimento;

28) Assinale a alternativa correta:

- a) Para aqueles que praticam crime de tortura, não haverá oportunidade de devido processo legal, podendo ser julgado em tribunal de exceção;
- b) Ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente;
- c) Nenhum brasileiro será extraditado, salvo os que praticam crime de tortura e em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei;
- d) A lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, a pena de morte.

29) Consiste o abuso de autoridade propriamente dito, conforme o disposto no art. 3º da sua lei, constituindo hipóteses de crime unissubsistente qualquer atentado, exceto:

- a) À liberdade de locomoção;
- b) À inviolabilidade do domicílio;
- c) À liberdade de associação, exceto crença religiosa
- d) Aos direitos e garantias legais assegurados ao exercício do voto.

30) Segundo a Lei 4.898/1965, pela qual é regulamentado e definido o crime de abuso de autoridade, o abuso de autoridade sujeitará o seu autor à sanção administrativa civil e penal, sendo assim:

- a) A sanção administrativa será aplicada de acordo com a gravidade do abuso cometido e consistirá em prisão militar;
- b) A sanção penal será aplicada de acordo com as regras dos artigos 42 a 56 do Código Penal e consistirá em multa, detenção por até 12 meses e perda do cargo e a habilitação para o exercício de qualquer outra função pública por prazo até oito anos.
- c) O processo administrativo poderá ser sobrestado para o fim de aguardar a decisão da ação penal ou civil;
- d) A sanção aplicada será anotada na ficha funcional da autoridade civil ou militar.

31) Estabelece a Lei 4.898/95 as normas do processo administrativo, assim assinale a alternativa correta:

- a) Se o órgão do Ministério Público, ao invés de apresentar a denúncia requerer o arquivamento da representação, o Juiz, no caso de considerar improcedentes as razões invocadas, fará remessa da representação ao Procurador-Geral e este oferecerá a denúncia, ou designará outro órgão do Ministério Público para oferecê-la ou insistirá no arquivamento, ao qual só então deverá o Juiz atender;
- b) Se o órgão do Ministério Público oferecer a denúncia no prazo fixado nesta lei, será admitida ação privada. O órgão do Ministério Público não poderá, porém, aditar a queixa, repudiá-la e oferecer denúncia substitutiva e intervir em todos os termos do processo, interpor recursos e, a todo tempo, no caso de negligência do querelante, retomar a ação como parte principal;
- c) Recebidos os autos, o Juiz, dentro do prazo de vinte e quatro horas, proferirá despacho, recebendo ou rejeitando a denúncia;
- d) No despacho em que receber a denúncia, o Juiz designará, desde logo, dia e hora para a audiência de conciliação, que deverá ser realizada, improrrogavelmente, dentro de dez dias.

32) Constitui também abuso de autoridade, exceto:

- a) O ato lesivo da honra ou do patrimônio de pessoa natural ou jurídica, quando praticado com abuso ou desvio de poder ou sem competência legal; prolongar a execução de prisão temporária, de pena ou de medida de segurança, deixando de expedir em tempo oportuno ou de cumprir imediatamente ordem de liberdade;
- b) Deixar de comunicar, imediatamente, ao juiz competente a prisão ou detenção de qualquer pessoa; deixar o Juiz de ordenar o relaxamento de prisão ou detenção ilegal que lhe seja comunicada;
- c) Submeter pessoa sob sua guarda ou custódia a vexame ou a constrangimento não autorizado em lei; deixar de comunicar, imediatamente, ao juiz competente a prisão ou detenção de qualquer pessoa no prazo de 72 horas;
- d) Cobrar o carcereiro ou agente de autoridade policial carceragem, custas, emolumentos ou qualquer outra despesa, desde que a cobrança não tenha apoio em lei, quer quanto à espécie quer quanto ao seu valor; recusar o carcereiro ou agente de autoridade policial recibo de importância recebida a título de carceragem, custas, emolumentos ou de qualquer outra despesa.

33) No tocante aos crimes contra o patrimônio regulamentados no Código Penal Brasileiro, assinale a alternativa correta:

- a) O crime de extorsão mediante sequestro é definido como sequestrar pessoa com o fim de obter, para si ou para outrem, qualquer vantagem, como condição ou preço do resgate, tendo como pena a detenção de oito a quinze anos;
- b) Se o sequestro dura mais de 24 (vinte e quatro) horas, se o sequestrado é menor de 18 (dezoito) ou maior de 60 (sessenta) anos, ou se o crime é cometido por bando ou quadrilha. Pena - reclusão, de 12 (doze) a 20 (vinte) anos;
- c) No crime de extorsão mediante sequestro se o crime é cometido em concurso, o concorrente que o denunciar à autoridade, facilitando a libertação do sequestrado, terá sua pena reduzida em dois terços;
- d) Na extorsão mediante sequestro se do fato resulta lesão corporal de natureza grave. Pena - detenção, de 16 (dezesesseis) a 24 (vinte e quatro) anos.

34) O Código Penal Brasileiro estabelece em seus arts. 155 e 157 a classificação para os crimes de furto e roubo respectivamente, diante dessa afirmação assinale a alternativa falsa:

- a) Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel. Pena - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa. – a pena aumenta-se de um terço, se o crime é praticado durante o repouso noturno;
- b) O crime de subtrair para si ou para outrem coisa alheia móvel sem o emprego de violência é caracterizado como o crime de roubo, se empregado com violência é caracterizado como furto;
- c) A pena é de reclusão de 2 (dois) a 8 (oito) anos, e multa, se o crime é cometido: com destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa, com Abuso de confiança, ou mediante fraude, escalada ou destreza, com emprego de chave falsa, mediante concurso de duas ou mais pessoas;
- d) Não é punível a subtração de coisa comum fungível, cujo valor não excede a quota a que tem direito o agente.

35)A Lei 10.826/2203 dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, Sistema Nacional de Armas – Sinarm, definindo ainda os crimes. Diante dessa afirmação assinale a alternativa falsa sobre a competência do Sinarm:

- a) Cadastrar as apreensões de armas de fogo, inclusive as vinculadas a procedimentos policiais e judiciais;
- b) Identificar as características e a propriedade de armas de fogo, mediante cadastro, mantendo cadastro atualizado para as armas apreendidas poderem ser leiloadas;
- c) Integrar no cadastro os acervos policiais já existentes e cadastrar as apreensões de armas de fogo, inclusive as vinculadas a procedimentos policiais e judiciais;
- d) Cadastrar os armeiros em atividade no País, bem como conceder licença para exercer a atividade.

36)No tocante ao porte de arma de fogo, assinale a alternativa errada, considerando que é proibido o porte de arma de fogo em todo o território nacional, salvo para os casos previstos em legislação própria e para:

- a) Os integrantes das Forças Armadas;
- b) Os agentes operacionais da Agência Brasileira de Inteligência e os agentes do Departamento de Segurança do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; os integrantes do quadro efetivo dos agentes e guardas prisionais, os integrantes das escoltas de presos e as guardas portuárias;
- c) Os integrantes das guardas municipais das capitais dos Estados e dos Municípios com menos de 60.000 (sessenta mil) habitantes, nas condições estabelecidas no regulamento desta Lei; os integrantes das guardas municipais dos Municípios com mais de 50.000 (cinquenta mil) e menos de 500.000 (quinhentos mil) habitantes, quando fora de serviço, por motivo de segurança;
- d) As empresas de segurança privada e de transporte de valores constituídas, nos termos desta Lei; para os integrantes das entidades de desporto legalmente constituídas, cujas atividades esportivas demandem o uso de armas de fogo, na forma do regulamento desta Lei, observando-se, no que couber, a legislação ambiental.

37)Marque V (VERDADEIRO) ou F (FALSO), depois assinale a alternativa correta:

() Constitui crime possuir ou manter sob sua guarda arma de fogo, acessório ou munição, de uso permitido, em desacordo com determinação legal ou regulamentar, no interior de sua residência ou dependência desta, ou, ainda no seu local de trabalho, desde que seja o titular ou o responsável legal do estabelecimento ou empresa: Pena – detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.

() Deixar de observar as cautelas necessárias para impedir que menor de 18 (dezoito) anos ou pessoa portadora de deficiência mental se apodere de arma de fogo que esteja sob sua posse ou que seja de sua propriedade com pena – detenção, de 1 (um) a 2 (dois) anos, e multa, constitui omissão de cautela.

() Disparar arma de fogo ou acionar munição em lugar habitado ou em suas adjacências, em via pública ou em direção a ela, desde que essa conduta não tenha como finalidade a prática de outro crime. Pena – reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa, sendo crime inafiançável.

() Adquirir, alugar, receber, transportar, conduzir, ocultar, ter em depósito, desmontar, montar, remontar, adulterar, vender, expor à venda, ou de qualquer forma utilizar, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, arma de fogo,

acessório ou munção, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, com pena – reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa.

- a) V,V,F,F
- b) F,F,F,V
- c) V,F,F,F
- d) V,V,V,V

38)A Lei 9.503/97 instituiu o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), desta maneira assinale a alternativa correta no tocante a composição do Sistema Nacional de Trânsito:

- a) Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, coordenador do Sistema e órgão máximo normativo e consultivo; polícia científica de trânsito e JARI;
- b) CETRAN; CONTRANDIFE,CONTRAN, Polícia civil;
- c) Os órgãos e entidades executivos de trânsito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; polícia científica de trânsito e CETRAN
- d) Os órgãos e entidades executivos rodoviários da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

39)Compete ao CONTRAN, exceto:

- a) Responder às consultas que lhe forem formuladas, relativas à aplicação da legislação de trânsito, coordenar os órgãos do Sistema Nacional de Trânsito, objetivando a integração de suas atividades;
- b) Normatizar os procedimentos sobre a aprendizagem, habilitação, expedição de documentos de condutores, e registro e licenciamento de veículos;
- c) Aprovar, complementar ou alterar os dispositivos de sinalização e os dispositivos e equipamentos de trânsito, estabelecer as diretrizes do regimento das JARI;
- d) Apreciar os recursos interpostos contra as decisões das instâncias superiores, na forma deste Código, dirimir conflitos sobre circunscrição e competência de trânsito no âmbito da União, dos Estados e do Distrito Federal.

40)Compete aos órgãos e entidades executivos de trânsito dos Municípios, no âmbito de sua circunscrição, exceto:

- a) Fiscalizar o nível de emissão de poluentes e ruído produzidos pelos veículos automotores ou pela sua carga, de acordo com o estabelecido no art. 66, além de dar apoio às ações específicas de órgão ambiental local, quando solicitado; vistoriar veículos que necessitem de autorização especial para transitar e estabelecer os requisitos técnicos a serem observados para a circulação desses veículos;
- b) Implantar as medidas da Política Nacional de Trânsito e do Programa Nacional de Trânsito; promover e participar de projetos e programas de educação e segurança de trânsito de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo JARI; arrecadar valores provenientes de estada e remoção de veículos e objetos, e escolta de veículos de cargas superdimensionadas ou perigosas;
- c) Planejar e implantar medidas para redução da circulação de veículos e reorientação do tráfego, com o objetivo de diminuir a emissão global de poluentes; registrar e licenciar, na forma da legislação, ciclomotores, veículos de tração e propulsão humana e de tração animal, fiscalizando, autuando, aplicando penalidades e arrecadando multas decorrentes de infrações;
- d) Conceder autorização para conduzir veículos de propulsão humana e de tração animal; articular-se com os demais órgãos do Sistema Nacional de Trânsito no Estado, sob coordenação do respectivo CETRAN.